



ARQUIVO PESSOAL

6 MAGISTRADA PAULISTANA RENDE TRIBUNAIS À ARTE DA PAZ

A realização de um sonho acalentado desde os bancos da faculdade. Tal afirmação sintetiza os esforços empreendidos pela eminente Juíza de Direito MARIA LÚCIA PIZZOTTI, Titular da 32ª Vara Cível Central, em exercício na 24ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no sentido de tornar realidade o Setor de Conciliação, ora em funcionamento no Fórum João Mendes Júnior, localizado no centro da capital paulista. Consolidado o projeto-piloto, verificou-se a formalização do trabalho de conciliação e mediação pelo Provimento CSM nº 953, de 7 de julho de 2005, que, entre outras medidas, estabelece a possibilidade de tal atividade realizar-se independentemente de processo judicial. Os resultados, além de satisfatórios, promovem mudanças de comportamento dos usuários frente a situações de conflito.



PIXIAC

24 GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA QUESTÕES CONCEITUAIS, ESTRUTURAIS E HISTÓRICAS.

Objetivando debater as parcerias do Estado com a iniciativa privada e as entidades do Terceiro Setor na prestação de serviços de saúde pública, realizou-se em São Paulo, no mês de junho último, o III Seminário Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde. Também na capital paulista e no mesmo período, aconteceu a 16ª Conferência Municipal de Saúde. Na matéria de capa desta edição, o tema *in voga* é objeto de análise por especialistas de diferentes áreas do conhecimento que, com percuciência e clareza de linguagem, expõem seus olhares sobre contratos de gestão, parcerias público-privadas, Organizações Sociais e sua importância para o fornecimento de serviços de saúde à população, políticas públicas, entre outros assuntos de grande relevância para o atendimento desse direito humano fundamental.

DESTAQUE

Basta!!

22 Marie-Pierre Poirier

CONJUNTURA

Empresas mineradoras – Tributação e o novo marco regulatório

38 Luciano Alves da Costa

TENDÊNCIAS

Estamos preparados para a Copa?

40 Josef Barat

ENFOQUE

O advogado e o exercício profissional – Prerrogativas violadas em juízo

42 Domingos Sávio Zainaghi

CONTEXTO

Blitze e o teste do bafômetro

44 Carlos Frederico de Oliveira Pereira

VISÃO JURÍDICA

Torneios de pôquer e o princípio constitucional da igualdade

48 Fabrizio Ferreira

PORTAL JURÍDICO

Abandono afetivo parental – Dano passível de reparação?

50 João Gaspar Rodrigues

OBSERVATÓRIO JURÍDICO

Venda fracionada de medicamentos como direito fundamental à saúde

54 Wanderlei José dos Reis

GESTÃO EMPRESARIAL

Time comercial ou equipe de vendas?

57 Daniel Oliveira

IN VOGA

A nova lei das prisões e o sistema penal brasileiro

58 Sérgio Habib

DOCTRINA

O princípio da insignificância e os crimes continuados de natureza tributária

61 Gabriel Rocha Soares

DOCTRINA

Correspondente bancário e a resolução do Banco Central do Brasil

63 Gláucia Soares Massoni

DOCTRINA

A (in)eficácia do rito sumário no processo civil brasileiro

64 Antônio Marcos Batista Silva

PONTO DE VISTA

Motivação e celeridade – Princípios processuais inconciliáveis?

66 Hugo Filardi

SEÇÕES

4 Com a palavra...

10 Crítica e Autocrítica

12 Indicadores Econômicos

13 Cartas & Críticas

14 Propostas e Projetos

16 Painel do Leitor

18 Painel Econômico

19 In Foco

20 Como Decidem os Tribunais

62 10 Frases